

FEAM
RECEBEMOS
17/04/13
Handy
ASSINATURA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO
COPAM

SIGED

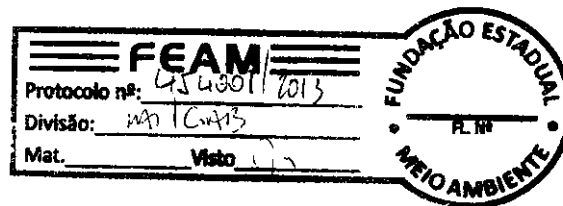


00093333 1561 2013

Anote abaixo o número do SIPRO

PROCESSO ADMINISTRATIVO COPAM/PA/Nº 1644/2002/002/2002

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1160/2002



FAJU COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, ora **Recorrente**, situada na Rod. BR 040, KM 688, Pavilhão "I", loja 08, Bairro Guanabara, em Contagem/MG, CEP 32.372-240, CNPJ 02.119.737/0001-53 (**DOC 01**), neste ato representada por seu sócio, **FRANCISCO CARLOS DE JESUS**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI n.º MG-823.076, registrado no CPF sob o n.º 162.279.306-44, residente e domiciliado a Rua José Brandão n.º 94/401, CEP 30640-020, Barreiro de Baixo, nesta Capital, vem, por seus procuradores abaixo assinados (**DOC 02**), perante V. Exa., apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** face à decisão de fl. 21 do Presidente da FEAM que, na data de 18 de setembro de 2012, entendeu por bem indeferir o Pedido de Reconsideração apresentado.

I. Da tempestividade

O ofício recebido pela Recorrente (**DOC. 03**) informa que o prazo para a apresentação de Recurso é de **30 (trinta) dias** a contar do recebimento da referida notificação. A notificação foi recebida no dia **18 de março de 2013**, conforme demonstra o comprovante dos Correios em anexo (**DOC. 03**), fixando, pois, o *dies a quo* em **19 de março de 2013** e o *dies ad quem* em **17 de abril de 2013**. Tempestivo, portanto, o presente Recurso.

[Handwritten signature]
m

II. Das preliminares

a) Da prescrição

1. Inicialmente, cabe referendar a flagrante ocorrência da prescrição intercorrente nos presentes autos, tendo em vista que o auto de infração foi lavrado no dia **29 de outubro de 2002** e, até o presente momento, dia **15 de abril de 2013**, mesmo após transcorridos mais de 10 (dez) anos, não houve a constituição definitiva do crédito. Ademais, cabe referendar também que a autoridade administrativa se quedou inerte, sem realizar qualquer ato que promovesse o devido andamento do processo administrativo, no período entre **06 de janeiro de 2004 (fl. 16)** e **13 de outubro de 2011 (fls. 19/20)**, pendente de apresentação de parecer técnico-jurídico.

2. Assim, restando evidente o exaurimento de ambos os prazos prescricionais previstos no **art. 1º, § 1º, da Lei n. 9.873/99** – aplicável por extensão dos efeitos ao presente caso, tendo em vista a ausência de legislação estadual – há que ser declarada a prescrição. *In verbis*:

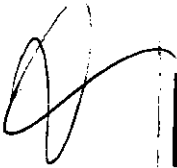
Art. 1º **Prescreve em cinco anos** a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1º **Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.**

b) Da nulidade do auto de infração

3. Não obstante a necessidade de terminação deste feito administrativo com fundamento na prescrição, cabe ainda ressaltar a flagrante nulidade do auto de infração que lhe dá fundamento.

4. O auto de infração foi lavrado com fundamento no relatório de vistoria n. 000131/2002 (**fl. 01**). O referido laudo de vistoria foi assinado por

 **m**

pessoa totalmente desconhecida da Recorrente, que não integra o seu quadro societário, não exerce qualquer função em suas atividades e que sequer é seu funcionário.

5. Ora as informações prestadas por esta pessoa totalmente estranha à Recorrente que serviram de fundamento para a lavratura do auto de infração. O laudo de vistoria não foi assinado por nenhuma pessoa responsável pelas atividades da Recorrente, o que inviabiliza a sua validade. Há que se ressaltar, inclusive, que esta pessoa informou que a Recorrente atuava na fabricação de refrigerantes, atividade esta nunca exercida pela Recorrente.

6. Não obstante, o referido auto de infração (fl. 03) não apresenta todos os requisitos formais estabelecidos pelo **art. 59 da Lei Estadual n. 14.309/2002**. *In verbis*:

Art. 59 – As infrações a esta lei são objeto de auto de infração, com a indicação do fato, do seu enquadramento legal, da penalidade e do prazo para oferecimento de defesa, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório.

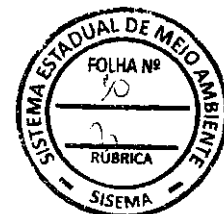
7. Conforme é possível observar no referido auto de infração, não houve qualquer indicação ao enquadramento legal do fato ocorrido nem à penalidade prevista. A omissão desses dados implica, obviamente, em supressão do direito de ampla defesa e contraditório da Recorrente, previstos no **art. 5º, LV, da Constituição da República de 1988** e, conseqüentemente, na nulidade do auto de infração.

8. Isso posto, a Recorrente pede, desde já, seja declarada nula a multa aplicada, tendo em vista que se fundamenta em auto de infração irremediavelmente nulo.

III. Do mérito

a) Da inocorrência de tipicidade

A handwritten signature in black ink is written over a stylized logo that resembles a lowercase 'm' or a similar abstract shape.



9. De acordo com o parecer jurídico de fl. 07, a multa aplicada ao Recorrente se deve ao cometimento do fato previsto no **art. 19, § 2º, do Decreto n. 39.424/98, in verbis:**

Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.

§ 1º - São consideradas infrações leves:

1 - instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente em desacordo com as condições estabelecidas quando da Licença Prévia e da Licença de Instalação

10. Ocorre, entretanto, que o fato ocorrido não pode ser subsumido ao referido tipo legal, isso porque a Recorrente não instalou, ou construiu, ou testou, ou ampliou qualquer atividade no local.

11. De fato, a Recorrente, à época da lavratura do auto de infração, estava construindo um galpão na referida localidade. Entretanto, a Recorrente desistiu da referida construção e nunca iniciou ou instalou atividade efetiva ou potencialmente degradadora ao meio ambiente.

12. Ora, o tipo legal deixa bastante evidente que, para que ocorra a penalização, é necessário que reste comprovada a instalação de atividade efetiva ou potencialmente degradadora do meio ambiente. Disso derivam dois requisitos *sine qua non* para a caracterização do tipo legal: **a)** inicialmente, há que se iniciar uma atividade no local; e **b)** essa atividade deve ser comprovadamente efetiva ou potencialmente degradadora do meio ambiente.

13. Ora, *in casu*, ficou totalmente comprovado que a Recorrente não iniciou qualquer atividade no referido local. Esse fato, por si só, já descaracterizaria a ocorrência do tipo legal previsto no **art. 19, § 2º, do Decreto n. 39.424/98**. Não obstante, em momento algum ficou comprovado, nos autos do processo administrativo, o caráter ou mesmo o potencial degradador do meio ambiente da atividade, tanto por não haver e nunca ter havido qualquer atividade.

14. Assim, diante do exposto, por não haver a ocorrência de qualquer infração à legislação ambiental nem a caracterização do tipo legal previsto no **art.**

19, § 2º, do Decreto n. 39.424/98 pelos motivos expostos, a Recorrente pede seja reformada a decisão prolatada pelo e. Presidente da FEAM, de forma a desconstituir a multa aplicada ao Recorrente.

b) Da suspensão da exigibilidade da penalidade

15. Dispõe o art. 21 do Decreto n. 39.424/98:

Art. 21 - Na aplicação da penalidade de multa, serão observados os seguintes valores, atualizados pela variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR:

(...).

§ 2º - As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por Termo de Compromisso aprovado pelo órgão que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 3º - O Termo de Compromisso a que se refere o parágrafo anterior deverá ser requerido no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da notificação da penalidade.

§ 4º - Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter o seu valor reduzido em até 50% (cinquenta por cento).

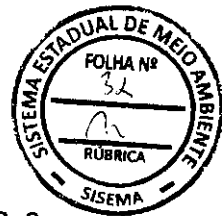
16. Ora, conforme restou comprovado às fls. 11/14, bem como à fl. 16, a Recorrente não só já tomou as medidas necessárias ao devido licenciamento ambiental, como não instalou qualquer atividade no local, encerrando a construção apenas iniciada.

17. Assim, resta configurada a hipótese prevista no art. 21, § 2º, do Decreto n. 39.424/98, motivo pelo qual a Recorrente requer seja aplicada a suspensão da exigibilidade da multa.

18. Caso não seja este o entendimento desta colenda Câmara, a Recorrente pede seja formulado Termo de Compromisso na forma estipulada pelo artigo supracitado (bem como pelo art. 63 do Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008), extinguindo a exigibilidade relativa a 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e estabelecendo as obrigações da Recorrente relativas à adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir a degradação ambiental.

IV. Dos pedidos e requerimentos





19. Assim, diante de todo o exposto, a Recorrente pede a esta c. Câmara:
- a) Preliminarmente, seja reconhecida a prescrição da pretensão punitiva do Estado, tendo em vista o decurso, em mais de uma ocasião, dos prazos previstos no art. 1º, § 1º, da Lei n. 9.873/99;
 - b) Preliminarmente, seja declarado nulo o auto de infração n. 1066/2002 e, conseqüentemente, declarada nula a multa aplicada com fundamento no referido auto, tendo em vista não somente a ausência de assinatura de responsável legal da Recorrente, como também o descumprimento dos requisitos impostos pelo art. 59 da Lei Estadual n. 14.309/2002;
 - c) Caso superadas as preliminares, seja reformada a decisão proferida pelo e. Presidente da FEAM, para julgar improcedente o processo administrativo n. 1644/2002/002/2002, por não haver a ocorrência de qualquer infração à legislação ambiental nem a caracterização do tipo legal previsto no art. 19, § 2º, do Decreto n. 39.424/98;
 - d) Caso não sejam atendidos os pleitos anteriores, seja aplicada a suspensão da exigibilidade da multa, em conformidade com o disposto no art. 21, § 2º, do Decreto n. 39.424/98; e
 - e) Por fim, caso não atendidos nenhum dos pleitos anteriores, seja formulado Termo de Compromisso na forma estipulada pelo art. 21, § 4º, do Decreto n. 39.424/98 (bem como pelo art. 63 do Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008), extinguindo a exigibilidade relativa a 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e estabelecendo as obrigações da Recorrente relativas à adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir a degradação ambiental.
20. A Recorrente requer a atribuição de efeito suspensivo a este Recurso, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n. 39.424/98, bem como o disposto no ofício em anexo (**DOC. 03**), que estipula uma obrigação

alternativa à Recorrida – ou o pagamento da multa ou a apresentação de Recurso.

21. Há que se ressaltar, ainda, o cabimento do referido efeito suspensivo tendo em vista que a Recorrente já iniciou o procedimento de licenciamento ambiental do local, bem como não iniciou qualquer atividade no local.

22. Por fim, a Recorrente pede que da decisão e demais atos e despachos deste processo administrativo sejam intimados os seus procuradores no seguinte endereço: Rua Paracatu, 1163, 1002, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte – MG, CEP 30180-091, sob pena de nulidade.

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2013.


João Victor Martins
OAB/MG 130.559

Bruno Camilloto Arantes
OAB/MG 80.537